

Memória de Reunião

Grupo de Trabalho Meio ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

PDUI - RMSP

Data: 19/04/2016

Participantes: consultar lista de presença

Pauta:

1. Vulnerabilidade e Risco: Claudio Ferreira (Instituto Geológico – IG);
2. Remoções preventivas em áreas de risco: Sandra (Consórcio do Grande ABC).

Principais pontos da discussão:

1. Vulnerabilidade e Risco: Claudio Ferreira (Instituto Geológico – IG)

1. Análise do perigo de eventos geodinâmicos e vulnerabilidade com foco na seguinte questão: redução de risco, apontando características e resultados de análise de risco em áreas urbanas da RMSP, incluindo a incorporação deste tema no âmbito do PDUI.
2. Discutir potencial de utilização de sistemas visando o gerenciamento do risco através de um mapeamento mais preciso.
3. Apresentação de um modelo de análise de risco baseado em um mapeamento de riscos que considera, ao menos, três variáveis distintas: clima e eventos climáticos (processos geodinâmicos); vulnerabilidade e mudanças climáticas; aspectos sociais.
4. Estabelecimento do contexto > avaliação de risco > tratamento do risco.
5. Importância da comunicação sobre as áreas de risco e os sistemas de alerta.
6. Eventos climáticos > Suscetibilidade (característica do terreno) > Vulnerabilidade e Exposição.
7. Foi destacada a variedade de termos aplicados a esse tema por diferentes instituições e a necessidade de precisar os conceitos frente a um amplo panorama.
8. Dentre os documentos produzidos: o marco de Sendai (2015) é o mais abrangente, incluindo fatores subjacentes de risco e a coerência entre planos de diferentes agendas.
9. As linhas gerais dos projetos em desenvolvimento pelo Instituto Geológico (IG) e Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA):
 - Análise regional sobre vulnerabilidade e risco no Estado de São Paulo.
 - Financiamento pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).
 - Elaboração de mapas e informações gráficas contendo os atributos básicos sobre vulnerabilidade e risco. Cabe destacar que esse trabalho feito mais detalhado na região do Litoral Norte.

- Abordagem sintética, associando as características do terreno com o processo a ser estudado.
- Lembrando que os produtos obtidos são flexíveis, isto é, possibilitam a interface com demais estudos e são disponibilizados em arquivo formato *shape*.
- Importante considerar que foram conjugadas duas unidades espaciais:
 - a. Unidade Territorial Básica (UBC): relacionada ao substrato geológico e às características físico-territoriais;
 - b. Unidade Homogênea de Cobertura e Uso da terra (UHCT): relacionada ao uso e cobertura da terra.
- Abrangência homogênea de toda área de estudo na análise regional.
- A partir do cruzamento dessas duas informações, grosso modo contidas na UBC e UHCT, é possível estabelecer sínteses e os respectivos índices que qualificam e quantificam determinado território.
- No âmbito do PDUI, seria necessário um maior detalhamento do território, lembrando que o trabalho citado acima teve como foco estudos e subsídios para ações preventivas no contexto do Estado de São Paulo a partir de um substrato geológico formado por compartimentos maiores.
- E neste sentido cabe apontar que existem estudos: no nível estadual (como esse apontado acima) e municipal (levantamento de áreas de risco pelas prefeituras municipais), não contemplando em ambos os casos exatamente a abordagem territorial do PDUI.

10. Importante destacar que quanto à análise de uma porção territorial deve ser levado em conta: a cobertura (o substrato geológico); o uso e ocupação do solo; e como está disposto no território tal uso (padrão de ocupação, densidade, estágio e ordenamento urbano) - produtos valiosos ao PDUI.

11. Mesmo assim, respeitando as observações quanto à particularidade dos objetivos do PDUI, cabe destacar que o trabalho apresentado pode colaborar à elaboração do Plano, permitindo, inclusive, melhoramentos e aperfeiçoamentos visando as metas específicas do PDUI.

12. Finalmente, foi lembrado que o arquivo *shape* pode ser baixado a partir do DataGeo.

II. Remoções preventivas em áreas de risco: Sandra (Consórcio do Grande ABC).

1. As ações preventivas relatadas vêm sendo desenvolvidas no contexto dos trabalhos desenvolvidos desde 2010 em que o risco e a ocupação habitacional nas áreas de risco têm sido tratados com prioridade.

2. O mapeamento foi realizado com base nos planos municipais de risco, através das áreas ocupadas indicadas pela Prefeitura, incluindo uma estimativa dos custos para intervenção.
3. Em 2013, o mapeamento da região do Grande ABC já havia sido finalizado e apontado aproximadamente 24 mil residências – atualmente o número está desatualizado.
4. Importante destacar o PPA Regional e os diálogos com a agenda metropolitana e federal.
5. Importante destacar: ações articuladas com demais instrumentos e ações: concessão de auxílio aluguel; demolição; limpeza; construção de Unidades Habitacionais.
6. Exemplo: Santo André, onde o mapeamento foi feito com destaque à áreas de risco muito alto e não passíveis de intervenções visando a melhoria e a diminuição da suscetibilidade do terreno. Após o levantamento e a validação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), foi apresentada uma ficha contendo as áreas de risco eminente. Em seguida, no ano de 2014, foi celebrada uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo, estimulando e efetivando a construção de novas moradias incluindo não somente Santo André, mas também os demais municípios do ABC – números aproximados: 630 moradias nos 6 municípios, 330 famílias a serem alocadas em outros projetos e 300 unidades a serem viabilizadas com aporte complementar. Destaca-se que o maior ônus ficou por conta dos municípios que tiveram que articular e viabilizar a efetivação de toda a ação prevista. Finalmente, foi apontado que 85% das moradias já foram removidas até o momento.
7. Alguns desafios: efetivar unidades habitacionais para as famílias que necessitam desocupar as áreas; atualização dos mapeamentos de risco; elaboração de vistorias preventivas.
8. Sobre a fiscalização, é importante registrar que não há homogeneidade, especialmente pela diferença de recursos disponíveis nos municípios. É necessário todo um acompanhamento policial que dê suporte à segurança das ações empreendidas – um exemplo da necessidade de atuação conjunta com o Estado.
9. Além disso, novamente, foi assinalada a importância de definir uma metodologia única entre as diferentes instituições reunidas, visando à identificação, ao mapeamento e à ação.